

Capítulo 6

As crises financeiras internacionais e o Brasil, desde 1928

(...)

Características comuns às crises financeiras		
Fatores dominantes	Efeitos no período	Resultados institucionais
Especação com algum tipo de ativo facilitada por excesso de liquidez e juros mantidos artificialmente baixos; assimetrias de informação entre poupadores (credores) e tomadores (devedores); desequilíbrios persistentes nas contas públicas e no balanço de transações correntes quebram confiança na moeda do país;	Perdas patrimoniais; quebra de instituições financeiras; redistribuição das riquezas; intervenções sempre tardias dos governos (responsáveis monetários pensam como se estivessem na crise anterior e adotam medidas erradas); moratórias e inadimplências generalizadas nos países em desequilíbrio; alteração de regimes cambiais;	Numa primeira fase, tendência à regulação (ex-post, talvez excessiva); depois, novos mecanismos regulatórios no plano nacional-internacional tentam coibir as práticas abusivas do período anterior (com sucesso relativo e apenas tardio); deságios e <i>write-offs</i> são inevitáveis; redistribuição de riquezas e de responsabilidades.

Nota do autor:

Este quadro integra o capítulo 6, sobre as crises financeiras, do livro:

Paulo Roberto de Almeida:

Relações internacionais e política externa do Brasil: a diplomacia brasileira no contexto da globalização

(Rio de Janeiro: LTC, 2012, xx+307 p.; ISBN 978-85-216-2001-3, p. 161)

link: <http://www.pralmeida.org/01Livros/2FramesBooks/RelaIntPExt2011.html>